

A Cidadania Territorial e a Educação Geográfica

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.70.7>

Cristiana Martinha

Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, Portugal/Departamento de Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal
<https://orcid.org/0000-0001-8415-4127>
cristianamartinha@ie.uminho.pt

Pedro Rego

Núcleo Promotor do Auto da Floripes, Colégio do Minho, Viana do Castelo, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-4908-3428>
geo.pedrorego@gmail.com

Resumo

A questão da *cidadania territorial* é uma temática incontornável atualmente na educação geográfica, em Portugal. É em torno da relevância desta noção e seus desafios que este texto se foca. Para tal, discute-se o conceito de *cidadania territorial* (conceito mais utilizado na literatura nacional) em relação ao de *cidadania espacial* (conceito mais utilizado na literatura internacional), identificando-se pontos em comum e divergências, bem como os principais autores associados. Procura-se, deste modo, apresentar um breve estado da arte sobre o conceito. Seguidamente, relaciona-se a noção de *cidadania territorial* com os possíveis desenvolvimentos futuros que o ensino da geografia poderá ter, identificados por Béneker (2018), identificando os principais desafios no nosso país relativamente a esta temática ao nível dos currículos, das universidades, das autarquias, dos centros de formação

de professores, das editoras de manuais escolares e das escolas. O presente texto visa, sobretudo, demonstrar como as questões do território e da sua gestão são de grande importância para o ensino da geografia nos níveis de ensino básico e secundário e como, cada vez mais, este ensino terá de partir de problemáticas concretas do território que os alunos habitam.

Palavras-chave

cidadania territorial, cidadania espacial, ensino da geografia

Introdução

A educação para a cidadania tem grande destaque no currículo português¹ e corporiza-se numa disciplina autónoma denominada de “cidadania e desenvolvimento”, que é lecionada por muitos professores de geografia. Contudo, quando pensamos num tipo de cidadania específico ligado à geografia, ganha relevo o conceito de *cidadania territorial*. É sobre este conceito e a sua relevância no âmbito da educação geográfica que nos propomos aqui refletir, bem como sublinhar alguns exemplos de iniciativas, projetos e recursos didáticos.

A noção de cidadania territorial deve ser desenvolvida ao longo dos diferentes anos de escolaridade e visa formar o aluno para pensar e atuar no meio (local, nacional ou global) onde vive. Assim sendo, o trabalho didático em torno da aplicação da noção de cidadania territorial leva-nos a colocar os nossos alunos a refletirem sobre o meio que os rodeia e a sugerir soluções para os problemas que identifica.

Neste âmbito, a disciplina de geografia enquanto disciplina autónoma no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, e como disciplina integrante de outras áreas disciplinares (de história e geografia de Portugal, no 2.º ciclo do ensino básico, e de estudo do meio, no 1.º ciclo do ensino básico), surge como o *espaço* curricular por excelência para o desenvolvimento desta cidadania territorial nos nossos alunos. Contudo, quando olhamos para o documento curricular que norteia o ensino da geografia (e de outras disciplinas) em Portugal – as aprendizagens essenciais – deparamos com uma total ausência de referência a este conceito e apenas algumas referências à ideia de uma *cidadania ativa*.

1 Conferir mais detalhes em <https://cidadania.dge.mec.pt/> (acedido em 13 de junho de 2022).

Assim sendo, torna-se importante (continuar a) desenvolver reflexão teórica e exploração empírica em torno desta temática no sentido de desenvolver o ensino da geografia, em Portugal, e defender a sua relevância, quando esta, por vezes, é colocada em questão. A geografia é uma disciplina importante no currículo por várias razões (desde mais técnicas e mais ideológicas), mas é sobretudo relevante porque nos permite colocar os nossos alunos a pensar sobre o território onde vivem, para onde viajam e outros territórios a que têm acesso através do mundo virtual. Permite, também, colocar os alunos a pensar e a refletir sobre múltiplos problemas que afetam esses territórios. Isto faz com que interpretem melhor o mundo onde vivem, o que lhes dá ferramentas cognitivas para sugerir e discutir soluções para os problemas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e dos territórios.

No contexto do mundo digital em que vivemos, esta cidadania territorial (e espacial) está, inevitavelmente, ligada à questão das tecnologias de informação geográfica (TIG) que permitem aos alunos o acesso à informação geográfica, à sua manipulação e à apresentação de dados relacionados com essa informação. Por isso, pensar nestas questões de cidadania territorial é indissociável da questão da introdução e uso das TIG no ensino da geografia, sobretudo ao nível das geomédia, como mostra a Figura 1.

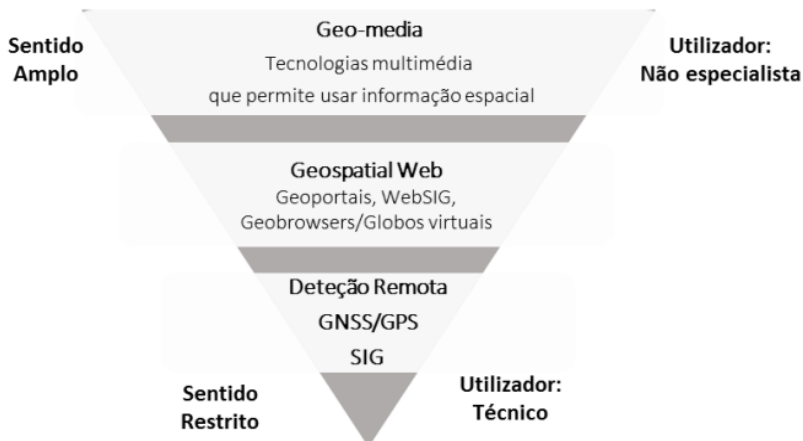


Figura 1 As tecnologias de informação geográfica na literatura.

Fonte. De *As TIG no Ensino de Geografia: Conceções, Usos Escolares e Suas Condicionantes*, por O. M. de G. Maciel, 2016, p. 8 (<http://hdl.handle.net/10316/32362>).

Cidadania Espacial/Cidadania Territorial

Quando atentamos à literatura internacional não se encontra frequentemente a noção de *cidadania territorial* (*territorial citizenship*), mas sim a de *cidadania espacial* (*spatial citizenship*) que, embora sendo mais limitada, não deixa de ser uma importante referência quando pretendemos contextualizar a noção de *cidadania territorial*. Tal como referem Ferreira e Mendes (2021),

os pressupostos conceituais da educação geográfica e da sua didática impulsionaram a criação de uma oferta formativa valorizadora de uma cidadania territorial ativa, conceito adotado no ensino de geografia por González e Donert (...), por o território estar diretamente relacionado com a apropriação, transformação e identificação das comunidades com o território habitado (...). Esta cidadania territorial estimula o pensamento espacial crítico e promove competências cognitivas e atitudinais concomitantes com o espírito pluriescalar e o diálogo local-global. (p. 20)

Deste modo, os conceitos de *cidadania espacial* e de *cidadania territorial* estão intimamente ligados e são entendidos frequentemente como sinónimos, embora tenham uma abrangência um pouco diferente.

Tal como referem Hilburn e Maguth (2015), o modelo teórico da educação para a cidadania espacial pode ajudar os académicos e os professores a compreender a forma como o local, o nacional e os espaços globais estão interconectados. Deste modo, a cidadania espacial refere-se assim à

competências que todos deveriam possuir como cidadão espacial, o que significa ser capaz de participar na sociedade através do uso reflexivo de geomédia (tal como mapas, globos digitais e sistemas de informação geográfica (SIG), tanto no consumo quanto na produção. (Carlos & Gryl, 2013, p. 307)

Aqui, a noção de *cidadão espacial* é particularmente relevante e, sobretudo, surge aqui ligada à ideia de uso de geomédia no ensino, o que vai ao encontro do que já referimos anteriormente. Deste modo, Kanwischer e Quennet (2012, p. 100) defendem que o “cidadão espacial” deve ser um papel que todos os cidadãos devem aceitar no sentido de participarem de forma integral na sociedade tendo acesso a informação espacial de modo a interpretar criticamente essa informação, refletir sobre ela e comunicar sobre essa informação usando mapas e outros meios.

Além disso, como referem Gryl et al. (2017), a “Educação para a Cidadania Espacial deverá tornar os alunos capazes de desconstruir as intenções dos cartógrafos visíveis nas representações em geomédia” (p. 6). Isto torna-se particularmente importante no sentido de ajudar os alunos a analisarem e a compreenderem mapas corretamente, compreendendo mensagens não óbvias. Isto reveste-se de uma enorme importância num quadro de formação de cidadãos ativos, críticos e interventivos na sociedade onde vivem.

Sintetizando, a cidadania espacial englobe todas as capacidades e conhecimentos que as pessoas precisam para conhecerem o lugar onde vivem, trabalham e produzem no quadro das suas características, potencialidades e riscos, de modo a aproveitá-los da melhor forma (Gryl et al., 2010, como citados em Turan & Ibret, 2021, p. 89).

Neste seguimento, Gryl et al. (2010) criaram a Figura 2 que mostra as competências necessárias para o desenvolvimento da cidadania espacial. Esta figura mostra que os alunos devem dispor de um conjunto de competências técnicas e metodológicas para manusear representações espaciais. Seguidamente, os alunos devem demonstrar competências para ativamente comunicar e participar usando representações espaciais e mostrar competências para refletir e avaliar sobre o uso dessas representações para desenvolver a sua habilidade e capacidade para participar.

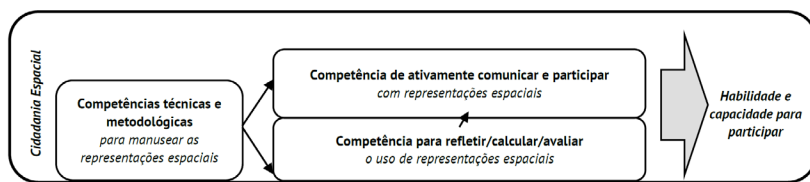


Figura 2 Competências para a cidadania espacial.

Fonte. De *Learning with Geoinformation V – Lernen mit Geoinformation V*, por I. Gryl, T. Jekel, & K. Donert, 2010, p. 8.

Sobre a ideia de cidadania territorial foram já vários os autores a trabalhar sobre ela (Tabela 1).

Tabela 1 Principais autores com abordagem à noção de cidadania territorial.

Autor	Ano	Título	Foco principal do estudo relacionado com a cidadania territorial
S. Claudino	2014	"Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial"	Educação geográfica
S. Mendonça e S. Claudino	2016	<i>Projeto "Nós Propomos!": Uma Rede Crescente de Cidadania Territorial</i>	Projeto <i>Nós Propomos!</i>
F. Braga	2018	<i>A Cidadania Territorial na Formação Inicial de Professores em Universidades Portuguesas e Brasileiras</i>	Formação de professores
P. Vargues	2020	<i>O Ensino da Geografia Como Elemento Fundamental Para a Cidadania Territorial dos Alunos do 8.º Ano de Escolaridade – Estudo de Caso Aplicado na EB 2,3 Gomes Teixeira no Porto</i>	Educação geográfica
F. Braga	2021	"Cidadania Territorial e Geografização da Cidadania no Ensino da Geografia e na Formação do Professor de Geografia"	Formação de professores
S. Claudino e L. Mendes	2021	"Project 'We Propose!': Territorial Citizenship and Curricular Innovation in Portuguese Geographical Education" (Projeto "Nós Propomos! Cidadania Territorial e Inovação Curricular na Educação de Geografia em Portugal)	Projeto <i>Nós Propomos!</i>
N. Ferreira e L. Mendes	2021	"Património, Competências Histórico-Geográficas e Cidadania Territorial na Formação de Professores na Escola Superior de Educação de Lisboa"	Formação de professores
E. Vieira	2021	"O Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação Geográfica e Sua Contribuição Para o Desenvolvimento da Cidadania Territorial e do Protagonismo Estudantil"	Tecnologias de informação e comunicação

Observando esta tabela, conseguimos compreender que a literatura sobre a noção de *cidadania territorial* tem-se vindo a desenvolver nos últimos anos muito associada a investigadores e doutorandos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL), focando-se na formação de professores, na educação geográfica, no projeto específico *Nós Propomos!* e nas tecnologias de informação e comunicação.

Um dos projetos mais bem-sucedidos neste âmbito em Portugal é o *Nós Propomos!*, do IGOT-UL (Claudino, 2014; Claudino & Mendes, 2021). Além de Portugal, o projeto já se expandiu para o Brasil (Lastória et al., 2021).

Outro exemplo interessante de atividades didáticas desenvolvidas, na Escola Superior de Educação de Lisboa, neste âmbito da cidadania territorial, está presente no texto de Ferreira e Mendes (2021), relacionado com o ensino sobre o património.

No contexto europeu, merece especial destaque o projeto europeu *Comenius SPACIT – Education for Spatial Citizenship*, que visava o desenvolvimento do conceito em vários países europeus. A nível internacional, ganha especial relevância a obra editada por Shin e Bednarz (2019), intitulada de *Spatial Citizenship Education – Citizenship Through Geography* (Educação da Cidadania Espacial – Cidadania Através da Geografia), da Routledge.

Contudo, acredita-se que, neste âmbito, muito mais poderá ser desenvolvido em Portugal. Acreditamos que a alteração principal deverá ser ao nível dos currículos, ou seja, há uma necessidade de existirem mais estudos, publicações e projetos em torno da temática para o conceito *entrar* nos currículos quando houver uma nova reformulação curricular. No entanto, essa introdução terá de ser sempre articulada e suportada com o reforço do uso das TIG no ensino da geografia.

Aqui sim, há ainda um enorme trabalho a ser feito. Apesar de o uso das TIG fazer parte do quotidiano dos professores (de diferentes faixas etárias), é do conhecimento geral que muitos professores de geografia não se sentem motivados ou com as necessárias competências para usar as TIG nas suas aulas. Há também inúmeras limitações burocráticas e pedagógicas dentro das escolas que, por vezes, bloqueiam esse uso.

Deste modo, é muito importante haver uma forte aposta na criação de ações de formação contínua sobre as TIG no ensino que poderão, porventura, ser financiadas por projetos europeus ou nacionais. Da nossa experiência como formadores nesta área, no contexto da formação inicial de professores, mas também no contexto da formação contínua (professores que já estão no exercício das suas funções), há uma grande vontade destes integrarem estas tecnologias nas suas aulas no sentido de as tornar mais motivadoras e *alinhas* com a realidade atual. Há aqui um esforço que é pedido aos centros de formação de professores e às universidades no sentido de disponibilizarem mais cursos de formação contínua de professores neste domínio.

As autarquias são também pontos centrais quando queremos desenvolver uma verdadeira cidadania territorial nos nossos alunos. Sendo os currículos em Portugal pensados a nível nacional (com a exceção da disciplina de história, geografia e cultura dos Açores), os manuais escolares não conseguem fornecer aos professores recursos didáticos apropriados para explorar uma

dimensão regional e local do programa com os alunos. Aqui, as autarquias podem desempenhar um papel de enorme relevo através dos seus serviços de geografia e de educação através da criação de plataformas de WebSIG, com informação importante sobre o concelho e adaptado à idade dos alunos a que se destina; da publicação de livros de brochuras onde se explore a geografia local; da realização de visitas de estudos de exploração da realidade geográfica do concelho; da audição de alunos sobre os problemas locais em conferência; entre outras iniciativas.

Acreditamos que, num quadro de aplicação de uma regionalização em Portugal, os currículos poderão ser repensados e a dimensão regional ganhará maior relevo nesses currículos o que terá de ser trabalhado num quadro de desenvolvimento de uma cidadania territorial, onde as dimensões nacional, europeia e global não poderão ser negligenciadas. Neste âmbito, a geografia enquanto disciplina escolar é o contexto por excelência para o desenvolvimento de uma cidadania territorial com o enfoque que o poder político optar por dar.

As escolas, no seu crescente quadro de autonomia curricular e pedagógica, são elementos-chave no desenvolvimento desta cidadania territorial, participando ativamente em projetos nacionais e internacionais já existentes sobre a temática, propondo novos projetos e criando os seus próprios projetos. Para isso, as escolas necessitam de professores com formação específica na área da cidadania territorial e na área das TIG, como já referimos anteriormente.

Aos professores de geografia cabe o papel de inovarem e explorarem novos caminhos neste âmbito da cidadania territorial. Será relevante que façam o levantamento de ideias prévias dos alunos sobre a geografia local da localidade da sua escola; que procurem realizar visitas de estudos, no sentido de os alunos conhecerem melhor o local onde vivem e que proponham a realização de trabalhos neste âmbito (pequenos vídeos ou apresentações). Aqui, e tendo em atenção que a nossa sociedade é cada vez mais multicultural, será muito importante que os professores tenham a capacidade de dar a conhecer aos seus alunos vindos de outros países a realidade da geografia em Portugal e na localidade da escola. Sem dúvida que o ensino da língua portuguesa se configura como o principal ponto de integração destes alunos nas nossas escolas e na nossa sociedade, mas aqui o ensino da geografia e da história desempenham também um papel de enorme relevo neste processo de integração.

Em suma, o desenvolvimento de uma cidadania territorial nos nossos alunos implica também o desenvolvimento de um conhecimento poderoso em geografia nos nossos alunos. Aquele conhecimento que os fará serem cidadãos mais ativos e participativos em igualdade com os restantes cidadãos. A temática do conhecimento poderoso, no âmbito da educação geográfica, é uma discussão mais recente (Béneker, 2018; Cachinho, 2019; Gong et al., 2021; Hucle, 2019; Krause et al., 2021; Maude, 2018; Virranmäki et al., 2019), embora a sua origem no âmbito da teoria do currículo e no âmbito da didática específica de outras disciplinas seja já anterior. O desenvolvimento deste conhecimento poderoso em geografia está muito relacionado com o “futuro 3 – emergente” do ensino da geografia preconizado por Béneker (2018, p. 5; Tabela 2).

Tabela 2 Características dos três futuros possíveis para o ensino da geografia.

Nota. Adaptado de Béneker, 2018, p. 5.

	Tradicional (futuro 1)	Moderno (futuro 2)	Emergente (futuro 3)
Perspetiva filosófica	Positivismo Conhecimento = absoluto	Construtivismo Conhecimento = construção social	Realismo social Conhecimento = realidade & construção
Para quem?	Conservador Grupo limitado, elite	Progressista Em teoria todos, mas seletivo	Progressista Todos
O que é central?	Conhecimento profissional estabelecido Cânone	Capacidades Competências Aprender a aprender	Integração de conhecimento e capacidades
Quem decide?	Especialistas no assunto	Professor, aluno	Cooperação, cocriação
Como?	Transferência pouco envolvimento	Educação ativadora – centralidade dos métodos Envolvimento com a atividade de ensino	Escolhas didáticas decorrem do “o quê” e “porquê” Envolvimento com pensamento disciplinar específico

De acordo esta esta figura de Béneker (2018, p. 5), o ensino da geografia tem três futuros possíveis:

- Um mais *tradicional*, baseado no positivismo e onde o conhecimento é absoluto. É conservador e destina-se a um grupo limitado, a uma elite.

Baseia-se no conhecimento profissional estabelecido e em cânones e é decidido por especialistas no assunto específico. Propõe uma transferência de conhecimento, mas pouco compromisso por parte dos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.

- Um segundo futuro possível é denominado de *moderno* e é caracterizado pelo construtivismo, sendo o conhecimento uma construção social. É progressista e destina-se a todos na teoria, mas, na prática, é seletivo. Baseia-se nas noções de capacidade, competência e no *aprender a aprender*. Quem decide as ações do processo de ensino-aprendizagem são os professores e os alunos. Tem como método central uma educação ativadora e solicita compromisso com a atividade de ensino por parte dos intervenientes no processo de ensino-aprendizagem.
- O terceiro futuro, denomina-se de *emergente* e foca-se no realismo social onde o conhecimento surge de um balanço entre a realidade e a construção que se faz dessa realidade. É progressista e destina-se a todas as pessoas. Propõe uma integração entre conhecimento e capacidades e baseia-se na cooperação e na cocriação. As escolhas didáticas seguem o *o quê?* e o *porquê?* e há um comprometimento com o pensamento específico da disciplina, por parte dos intervenientes.

Deste modo, o trabalho didático com vista ao desenvolvimento de uma cidadania territorial beneficiará muito do terceiro cenário que é aquele mais amplamente ligado ao desenvolvimento de um conhecimento poderoso em geografia. Neste futuro *emergente* do ensino da geografia, o foco colocar-se-á muito na *realidade* concreta específica do aluno e visa que todos os alunos tenham iguais oportunidades no acesso a esse conhecimento. Visando responder aos *porquês* dos fenómenos geográficos, a cidadania territorial liga-se de forma profunda com o próprio pensamento específico da geografia.

Conclusões e Sugestões

Embora esta temática esteja a ser já grandemente desenvolvida em Portugal pelo projeto *Nós Propomos!*, do IGOT-UL, consideramos que dada a relevância da temática urge que se trabalhe nos próximos anos nos seguintes pontos:

- *Currículo*: os conceitos de *cidadania territorial* e de *cidadania espacial* não surgem ainda nas atuais aprendizagens essenciais de geografia

(ou mesmo de história e geografia de Portugal ou de estudo do meio). Sendo estes os normativos legais que regulam atualmente o ensino da geografia em Portugal, considera-se muito importante a introdução destes conceitos nos currículos para que mais facilmente sejam vistos pelos professores como importantes e estruturantes do ensino da disciplina.

- *Universidades*: nas suas valências de ensino, investigação e interação com a sociedade, devem promover a realização de pesquisa específica em torno desta temática. Devem introduzir a abordagem da temática nos seus cursos, sobretudo nos cursos de mestrado, que habilitam para a docência, e no âmbito dos cursos de doutoramento, de modo a promover o desenvolvimento de pesquisa sobre o tema. No âmbito da interação com a sociedade, as universidades podem ser dinamizadoras importantes (com articulação com as autarquias) de projetos específicos dedicados à cidadania territorial mobilizando escolas, professores, autarcas e outros atores da sociedade. As universidades são também espaços privilegiados para o desenvolvimento de pesquisa sobre as TIG no ensino e sobre o próprio pensamento poderoso em geografia. Em Portugal ainda temos como desafio desenvolver mais pesquisa nestas áreas.
- *Autarquias*: devem desenvolver sites específicos de WebSIG para crianças no sentido de se configurarem como recursos privilegiados para os professores abordarem aspetos do meio local. Podem também promover atividades específicas para divulgação do meio local e discussão de problemas locais com crianças e jovens.
- *Centros de Formação de Professores*: podem desenvolver cursos de formação contínua específica sobre a temática da cidadania territorial.
- *Editoras de manuais escolares*: devem produzir recursos didáticos específicos para a abordagem do meio local (de preferência com recurso às TIG) que complementem os manuais escolares *tradicionais*.
- *Escolas*: através do desenvolvimento específico de projetos relacionados com a cidadania territorial no seu quadro de autonomia e incentivando a formação de professores nestas temáticas.

Esperamos assim que estas reflexões auxiliem os nossos professores de geografia, os nossos autarcas e técnicos das autarquias, os nossos autores e editores de manuais escolares e os nossos académicos em geografia, em ensino

da geografia, em TIG e em ciência de informação geográfica a desenvolverem ações concretas para promoverem esta ideia de *cidadania territorial* nas escolas portuguesas. A sua ação será também um contributo enorme no sentido da concretização do terceiro futuro de Béneker (2018) no ensino da geografia que é aquele futuro que permitirá o desenvolvimento de um conhecimento disciplinar poderoso em geografia nos nossos alunos.

Neste âmbito, é importante que vários especialistas sejam capazes de trabalharem juntos e articuladamente: académicos da geografia; académicos dos sistemas de informação geográfica; académicos do ensino da geografia, formadores de professores (formação inicial e contínua); técnicos das autarquias; decisores políticos (a vários níveis); autores e editores de manuais escolares; diretores de escolas e professores. Só assim conseguiremos colocar o ensino da geografia em Portugal numa posição de vanguarda, capaz de liderar projetos internacionais neste âmbito e servindo de “modelo” para outros países de expressão portuguesa que frequentemente nos procuram em busca de formação específica neste âmbito.

Referências

- Béneker, T. (2018, 16 de outubro). *Powerful knowledge in geography education* [Lição inaugural]. Faculdade de Geociências, Universidade de Utrecht, Utrecht, Países Baixos. https://www.uu.nl/sites/default/files/20190319-inaugural_lecture-tine_beneker.pdf
- Braga, F. (2018). *A cidadania territorial na formação inicial de professores em universidades portuguesas e brasileiras* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/35140>
- Braga, F. (2021). Cidadania territorial e geografização da cidadania no ensino da geografia e na formação do professor de geografia. *Signos geográficos – Boletim NEPEG de Ensino da Geografia*, 3, 2–16. <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/69617>
- Cachinho, H. (2019). Desafios da formação em geografia e na educação geográfica, conhecimento poderoso e conceitos liminares. *Revista Eletrônica Educação Geográfica em Foco*, 3(6), 1–22. <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1148/648>
- Carlos, V., & Gryl, I. (2013). Where do critical thinking and spatial citizenship meet? Proposing a framework of intersections. In T. Jekel, A. Car, J. Strobl, & G. Griesebner (Eds.), *GI Forum 2013. Creating the GISociety* (pp. 306–316). Wichmann, Verlag der Österreichische Akademie der Wissenschaften.
- Claudino, S. (2014). Escola, educação geográfica e cidadania territorial. *Scripta Nova. Revista de Geografia y Ciencias Sociales*, XVII(496(09)). <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14971/18408>

Claudino, S., & Mendes, L. (2021). Project “We Propose!” Territorial citizenship and curricular innovation in Portuguese geographical education. *Didáctica Geográfica*, (22), 47–71. <https://doi.org/10.21138/DG.564>

Direção-Geral da Educação. (s.d-a). *Aprendizagens essenciais – Ensino básico*. Retirado a 14 de junho de 2022, de <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>

Direção-Geral da Educação. (s.d-b). *Aprendizagens essenciais – Ensino secundário*. Retirado a 14 de junho de 2022, <http://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>

Ferreira, N., & Mendes, L. (2021). Património, competências histórico-geográficas e cidadania territorial na formação de professores na Escola Superior de Educação de Lisboa. *Sensos-e*, 8(2), 17–30. <https://doi.org/10.34630/sensos-e.v8i2.3835>

Gong, Q., Brooks, C., & Duan, Y. (2021). A teacher's role in making a given knowledge curriculum into a powerful knowledge curriculum. *Geography*, 106(1), 39–48. <https://doi.org/10.1080/00167487.2020.1862591>

Gryl, I., Jekel, T., & Donert, K. (Eds.). (2010). *Learning with Geoinformation V – Lernen mit Geoinformation V*. Wichmann.

Gryl, I., Könen, D., & Pokraka, J. (2017). Limits of freedom – Defining a normative background for spatial citizenship. *GI – Forum 2017*, 5(2), 3–12. https://doi.org/10.1553/giscience2017_02_s3

Hilburn, J., & Maguth, B. (2015). Spatial citizenship education: Civic teachers' instructional priorities and approaches. *The Journal of Social Studies Research*, 39, 107–118. <https://doi.org/10.1016/j.jssr.2014.07.001>

Hucle, J. (2019). Powerful geographical knowledge is critical knowledge underpinned by critical realism. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 28(1), 70–84. <https://doi.org/10.1080/10382046.2017.1366203>

Kanwischer, D., & Quennet, F. (2012). Distance education and spatial citizenship in Africa – Challenges and prospects. *Review of International Geographical Education Online*, 2(1), 95–117.

Krause, U., Bénéker, T., & Tartwijk, J. (2021). Geography textbook tasks fostering thinking skills for the acquisition of powerful knowledge. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 31(1), 69–83. <https://doi.org/10.1080/10382046.2021.1885248>

Lastória, A., Rosa, A., & Kawasaki, C. (Eds.). (2021). *Almanaque projeto Nós Propomos! – Cidadania, escola e protagonismo juvenil*. FFCLRP/USP.

Maciel, O. (2017). *As TIG no ensino de geografia: Conceções, usos escolares e suas condicionantes* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/32362>

Maude, A. (2018). Geography and powerful knowledge: A contribution to the debate. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 27(2), 179–190. <https://doi.org/10.1080/10382046.2017.1320899>

Mendonça, S., & Claudino, S. (2016, 24 a 30 de julho). *Projeto "Nós Propomos!": uma rede crescente de cidadania territorial* [Apresentação de comunicação]. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, São Luís, MA, Brasil. http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468279695_ARQUIVO_sandramendonca.pdf

Shin, E., & Bednarz, S. (Eds.). (2019). *Spatial citizenship education – Citizenship through geography*. Routledge.

Turan, S., & Ibret, Ü. (2021). Geography and spatial citizenship. In Ş. Ünar, & S. Karagöz (Eds.), *Social and humanities science: Research, theory* (pp. 77–95). Livre de Lyon.

Vargues, P. (2020). *O ensino da geografia como elemento fundamental para a cidadania territorial dos alunos do 8.º ano de escolaridade – Estudo de caso aplicado na EB 2, 3 Gomes Teixeira no Porto* [Relatório de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/129414>

Vieira, E. (2021). O uso das tecnologias de informação e comunicação na educação geográfica e sua contribuição para o desenvolvimento da cidadania territorial e do protagonismo estudantil. In *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia* (pp. 1–12). Realize Editora.

Virranmäki, E., Valta-Hulkkonen, K., & Rusanen, J. (2019). Powerful knowledge and the significance of teaching geography for in-service upper secondary teachers – A case study from Northern Finland. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 28(2), 103–117. <https://doi.org/10.1080/10382046.2018.1561637>